ATA DA REUNIÃO DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO – SINEP

Data	22.02.2017 Horário: 09h00min	
Local	Sala de Reunião da SEPOG	
Participantes	Bancada do Governo	**JAIME CAVALCANTE ALBUQUERQUE FILHO** (Representante da SEFIN); **FELIPE AUGUSTO SIQUEIRA** (Representante da PGM); **MÁRIO FRACALOSSI JUNIOR** (Representante do IPLANFOR); **LÚCIO ALBUQUERQUE BRUNO E FRANCISCO BARROSO RODRIGUES** (Representantes da Articulação Política); **RICARDO LUIZ ANDRADE LOPES** (Representante da CGM), **PHILIPE THEOPHILO NOTTINGHAM** (Representante titular da SEPOG); **RICARDO CÉSAR XAVIER NOGUEIRA SANTIAGO** (Representante da SEPOG)
	Bancada dos Servidores	**ERISTON FERREIRA** (Representante do SINDIFORT); **MÁRIO CÉSAR CHAVES NUNES** (Representante titular - SINDIFAM); **VICENTE LOBO NETO** (Representante titular – SINDIURB); **GLEILSON CUNHA DA SILVA** (Representante titular – SINGMEC); **MARTA BRANDÃO DA SILVA** (Representante titular – SINDISAUDE); **ANA MIRANDA** (Representante - ASSIJF); **JONAS GONÇALVES RODRIGUES** (Representante do SINDIGUARDAS)

Pauta da Reunião
1. Individualização das contas do FGTS dos servidores da Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza – URBFOR; 2. Implantação da Lei nº 10.427/2015, dispondo sobre o assédio moral no âmbito municipal; 3. Apresentação das principais medidas de racionalização dos gastos da gestão; 4.Outros assuntos de interesse.

Ata da Reunião

1. O Secretário PhilipeTeophilo Nottingham deu as boas-vindas a todos e apresentou a pauta geral de reivindicações.

2. Antes de entrar nos assuntos da pauta, ressaltou que o mandato das bancadas que compõem a Mesa Central de Negociação encerra no dia 14 de maio de 2017 e aproveitou a ocasião para apresentar os nomes que irão compor a nova Bancada de Governo:

- I - Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR, tendo como representante titular Eudoro Walter de Santana e, como suplente, Mário Fracalossi Júnior;
- II - Coordenadoria Especial de Articulação Política, tendo como representante titular Lúcio Albuquerque Bruno Figueiredo e, como suplente Francisco Barroso Rodrigues;
- III - Procuradoria Geral do Município – PGM, tendo como representante titular José Leite Jucá Filho e, como suplente, Miguel Rocha Nasser Hissa;
- IV - Secretaria Municipal das Finanças do Município – SEFIN, tendo como

representante titular Jurandir Gurgel Gondim Filho e, como suplente, Jaime Cavalcante Albuquerque Filho;

- V - Controladoria e Ouvidoria Geral do Município - CGM, tendo como representante titular Alcimor Aguiar Rocha Neto e, como suplente, Ricardo Luiz Andrade Lopes
- VI - Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, tendo como representante titular Philipe Theophilo Nottingham e, como suplente, Ricardo César Xavier Nogueira Santiago.

A bancada dos servidores tem até o dia 14 de maio de 2017 para apresentar os nomes dos novos membros à SEPOG, através de Ofício, para que seja providenciada a publicação da Portaria no Diário Oficial.

3. Foram recebidos os Ofícios nº54/2017, 55/2017 e 56/2017 do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza – SINDIFORT que tratam sobre pautas específicas dos servidores da Defesa Civil, IPEM e IPM. A Associação dos Servidores do Instituto Dr. José Frota – ASSIJF entregou o Ofício nº 05/2017 que trata da pauta geral do IJF.

4. O primeiro item discutido da pauta foi a Individualização das contas do FGTS dos servidores da Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza – URBFOR. Foi explicado que a partir dos arquivos da RAIS fornecidos pela Caixa Econômica Federal, a URBFOR deu início à recuperação dos dados da folha de pagamento do mês de outubro de 1987, que servirá de base para os cálculos da individualização. Foi formado um Grupo de Trabalho para proceder o levantamento das informações, tendo sido constatado que mais de 400 servidores já sacaram o FGTS. Do primeiro Acordo de Confissão de Dívida, firmado em 30/07/2013, no valor de R$ 3.095.663,55 já foram pagas 41 parcelas de um total de 60. A conclusão dos trabalhos está previsto até maio de 2017.

5. Sobre a implantação da Lei nº 10.427/2015, dispondo sobre o assédio moral no âmbito municipal, foi apresentado os principais conteúdos da lei e do Decreto nº 13.918/2016 que veio para regulamentar, criando também a rede de prevenção e combate ao assédio moral no âmbito do Município, cujas atividades principais são: I - Acompanhar as representações referentes ao assédio moral; II - Contribuir para a melhoria das relações de trabalho; III - Mediar os conflitos decorrentes do assédio moral; IV - Propor ações de prevenção ao assédio moral; V - Discutir sobre a realização de campanhas educativas de combate ao assédio moral.
   Para programar as ações é necessário instituir uma Comissão Central, que também está prevista no Decreto. Referida Comissão é paritária e composta de seis membros efetivos e seis suplentes. Os integrantes titulares da Gestão, necessariamente, terão que ser um membro da SEPOG, um membro da CGM e um membro do IPM; já os integrantes dos servidores terão que ser definidos em assembléia.
   As regras de funcionamento da comissão central de prevenção e combate ao assédio moral serão definidas na primeira reunião.

   A partir do trabalho de capacitação, divulgação e orientação que a Comissão

Central desenvolverá, serão formadas Comissões Setoriais nos órgãos da Administração Pública, formando uma rede de prevenção e apoio aos servidores. Foi sugerido pelo Secretário Executivo da SEFIN, Sr. Jaime Cavalcante, reunião com a Professora Leide Lima que trata do Programa de Mediação e Conflitos na Educação do município para utilizar a técnica nos trabalhos da Comissão que será criada.

Em consenso, foram definidas as ações a serem implementadas:

- Indicação dos representantes das Bancadas de Governo e dos Servidores que irão compor a Comissão Central da Rede de Combate e Prevenção ao Assédio Moral;
- Instituição da Comissão Central da Rede de Combate e Prevenção ao Assédio Moral, através de Portaria do Secretário da SEPOG;
- Elaboração do Plano de Trabalho da Comissão Central:
  -Nivelamento conceitual sobre o assédio moral (campanhas educativas, divulgação no site da cartilha informativa, e outros);
  - Formação de agentes multiplicadores;
  - Desenvolvimento de ações de prevenção e combate ao assédio moral.
- Instituição das Comissões Setoriais, que serão compostas por representantes da gestão e das entidades representativas dos servidores, através de Portaria.

6. Foi apresentado pelo Secretário Philipe Nottingham a execução orçamentária de 2016, o comportamento da receita em 2017, bem como as principais medidas de racionalização dos gastos da gestão:

- Redução de veículos locados, inclusive a retirada dos veículos de representação dos secretários.
- Fusão das Secretarias Municipais de Cidadania e Direitos Humanos (SCDH) e do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA).
- Redução dos gastos com aluguéis, diárias, passagens, apoio a eventos, telefonia, internet, energia e outros.
- Auxílio-alimentação somente para quem ganha até R$ 6 mil (Decreto nº 13958/2017).
- Redução de 50% das gratificações de Trabalho Técnico Relevante (TTR) e das Comissões de Trabalho (Resolução do COGERFFOR).
- Extinção da reincorporação de cargos comissionados: uniformização do entendimento acerca da aplicação do §2º do art. 121 da Lei 6794/90 - Parecer nº 1261/2016 – PGM.
- Limitação de uso de Servidores Cedidos com ressarcimento.
- Implantação do ponto eletrônico com biometria
- Redução de mais de 30% de contratos de serviços terceirizados.
- Suspensão da utilização de licença-prêmio e licença especial por três anos (Decreto nº 13960/2017).

As medidas tomadas pela gestão irão gerar uma economia de cerca de R$350.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões de reais).

7. Entre os outros assuntos de interesse que foram postos em pauta pela bancada dos servidores, destaca-se as condições limitadas do IPM- Saúde e o retorno das reuniões do Conselho, o funcionamento das Mesas Setoriais, bem como a

criação da Mesa Setorial da Educação.

8. Por fim, a bancada dos servidores questionou acerca do reajuste salarial de 2017. Após mostrar a real situação da Prefeitura de Fortaleza e relatar inúmeros casos de municípios que estão passando por crise financeira, onde foram obrigados a parcelar e até atrasar os salários, o Sr. Philipe Nottingham disse que só poderia se posicionar sobre o assunto a partir do mês de maio, pois terrão que ser feito vários estudos e ser tomada uma decisão sensata para não comprometer o bom funcionamento da Prefeitura e nem correr o risco de atrasar os salários dos servidores.

Encaminhamentos

1. A bancada dos servidores tem até 14 de maio de 2017 para encaminhar à SEPOG os nomes que irão compor a sua bancada na Mesa Central de Negociação;
2. Até maio de 2017 será concluído pelo Grupo de Trabalho os estudos das individualizações das contas do FGTS dos servidores da URBFOR;
3. Até 22 de março de 2017 os representantes das Bancadas de Governo e dos Servidores que irão compor a Comissão Central da Rede de Combate e Prevenção ao Assédio Moral terão que ser indicados para que seja providenciada Portaria pela SEPOG;
4. A primeira Reunião da Comissão Central para elaboração do Plano de Trabalho será em abril de 2017;
5. A bancada dos servidores vai se reunir e formalizar uma proposta para racionalização de gastos da gestão, partindo do princípio de que a economia de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões) terá que ser mantida.